


O PANORAMA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS À GESTÃO UNIVERSITÁRIA DEMOCRÁTICA


THE OVERVIEW OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS ON THE CONTRIBUTIONS OF STUDENT OCCUPATIONS TO UNIVERSITY DEMOCRATIC MANAGEMENT

EL PANORAMA DE LAS PRODUCCIONES CIENTÍFICAS SOBRE LAS CONTRIBUCIONES DE LAS OCUPACIONES ESTUDIANTILES A LA GESTIÓN UNIVERSITÁRIA DEMOCRÁTICA


Valeska Maria Fortes de Oliveira*

 <http://orcid.org/0000-0002-8295-1007>

Bianka de Abreu Severo**

 <http://orcid.org/0000-0001-8643-2282>

Maristela Silveira Pujol ***

 <http://orcid.org/0000-0002-1964-395X>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: OLIVEIRA, V. M. F.; SEVERO, B. A.; PUJOL, M. S. O panorama das produções científicas sobre as contribuições das ocupações estudantis à gestão universitária democrática. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 21, p. 194-209, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4585>

RESUMO: Neste trabalho realiza-se uma pesquisa do tipo estado do conhecimento de produções científicas sobre o movimento estudantil através das ocupações e sua relação com a gestão universitária democrática. Para isso, recorreu-se às produções publicadas no período de 2014 a 2018, em fontes como: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd Nacional); Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Dessa forma, este trabalho compreende a abordagem metodológica qualitativa e configura-se como uma pesquisa do tipo estado do conhecimento. Em direção contrária ao modelo de gestão universitária predominante, vislumbra-se a instituição de novas formas de gestão mais horizontais e democráticas pelo movimento das ocupações estudantis universitárias, sejam em seus discursos ou em suas práticas como um todo.

Palavras-chave: Ocupações estudantis. Gestão universitária. Gestão democrática.

ABSTRACT: In this work, a state-of-the-art research of scientific productions about the student movement through occupations and its relationship with democratic university management is approached. For this, the productions published in the period from 2014 to 2018 were used in sources, such as: National Association of Post-Graduation and Research in Education (ANPEd Nacional); Catalog of Thesis and Dissertations of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel (Capes); and Scientific Electronic Library Online (SciELO). In this way, this work includes the qualitative

methodological approach and is configured as a state-of-the-knowledge research. Contrary to the predominant model of university management, it is possible to envisage the introduction of new, more horizontal and democratic forms of management by the movement of university student occupations, whether in their speeches or in their practices as a whole.

Keywords: Student occupations. University management. Democratic management

RESUMEN: En este trabajo se aborda una investigación del tipo estado del conocimiento de producciones científicas sobre el movimiento estudiantil a través de las ocupaciones y su relación con la gestión universitaria democrática. Para ello, se recurrió a las producciones publicadas en el período de 2014 a 2018 en fuentes, como: Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Educación (ANPEd Nacional); Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes); y Scientific Electronic Library Online (SciELO). De esta forma, este trabajo comprende el abordaje metodológico cualitativo y se configura como una investigación del tipo estado del conocimiento. En dirección contraria al modelo de gestión universitaria predominante, se vislumbra la institución de nuevas formas de gestión más horizontales y democráticas por el movimiento de las ocupaciones estudiantiles universitarias, sean en sus discursos o en sus prácticas como un todo.

Palabras clave: Ocupaciones estudiantiles. Gestión universitaria. Gestión democrática.

Primeiras palavras

Este trabalho diz respeito a uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, também chamada de estado da arte, acerca da seguinte temática: o movimento estudantil através das ocupações e sua relação com a gestão universitária democrática. Dessa forma, procura conhecer o que se tem produzido em termos de estudos e pesquisas em educação sobre as contribuições dos processos educativos, organizativos e mobilizatórios das lutas do movimento estudantil a partir das ocupações à gestão universitária democrática.

Levando em conta tal temática, recorreu-se às produções científicas publicadas no período de 2014 a 2018, nas fontes a seguir: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd Nacional) nos GT's (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, (05) – Estado e Política Educacional, (06) – Educação Popular e (11) – Política da Educação Superior; Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) referente às produções da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A exploração das produções nessas fontes se deu no sentido de conhecer as discussões, contribuições, abordagens e resultados levantados até então no que tange à temática aqui trazida.

Para Romanowski e Ens (2006), as pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” são justificadas por possibilitarem a realização de um mapeamento sobre o conhecimento já construído em uma área, permitindo apontar os enfoques e os temas mais pesquisados, bem como as lacunas existentes. Morosini (2015), por sua vez, percebe a pesquisa do tipo “estado do conhecimento” como a consulta, a sistematização e a análise do que foi produzido no seu campo, constituindo uma importante fonte por acompanhar todo o processo da pesquisa como também contribuir na ruptura de pré-conceitos, segundo Quivy e Champenoudt (2005 *in* Morosini 2015). Assim, ao falar do estado do conhecimento, Morosini (2015, p. 102) complementa:

É identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

O trabalho proposto pela construção desse estado do conhecimento parte do pressuposto de que o ser humano constantemente (re)constrói saberes e fazeres a partir da sua relação com os outros e com o mundo. Essa capacidade humana de se educar em todos os espaços, apesar de apresentar grande influência na vida de cada um, não tem recebido grande enfoque nos diferentes níveis de educação, haja vista que tanto a educação básica quanto o ensino

*Doutora em Educação (UFRGS). Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação da UFSM. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS).
E-mail: vfortesdeoliveira@gmail.com

**Mestranda em Educação (UFSM). Pós-Graduanda em Especialização em Gestão Educacional (UFSM). Licenciada em Pedagogia (UFSM). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS). Bolsista CAPES.
E-mail: severo.bianka@gmail.com

***Maristela Silveira Pujol
Mestranda em Educação (UFSM). Especialista em Educação Especial (UFSM). Licenciada em Educação Física (UFSM). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS). Bolsista CAPES.
E-mail: didapujol@hotmail.com

superior ainda convivem entre dois polos: o academicismo ou o empirismo exacerbado.

Neste cenário, certas pedagogias são esquecidas, omitidas, invisibilizadas em meio às pedagogias hegemônicas – aquelas que possuem estreitas relações com o sistema capitalista e a lógica neoliberal –, colocando a educação em uma camisa de forças que tende silenciar seus sujeitos. As pedagogias hegemônicas podem ser percebidas a partir de um fenômeno recente, a Nova Gestão Pública (NGP), no qual o corporativismo da esfera privada é incorporado pela esfera pública, inclusive instituições de ensino, enfatizando o desenvolvimento de aspectos como a competência, a eficiência, a eficácia e a competitividade (POLI; LAGARES, 2017).

Diante disso, as prioridades dadas à educação atual se têm distanciado cada vez mais da gestão democrática, um dos princípios da ensino público assegurado pelo art. 206 da Constituição Federal de 1988 e reafirmado pelo art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta última lei também define as normas de gestão democrática aos níveis de ensino, no caso do ensino superior, “[...] assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional” (BRASIL, 1996).

Logo, se entende por gestão democrática a participação ativa de todos na educação com vistas à sua qualidade, através de práticas no cotidiano das instituições de ensino, mediante o gerenciamento de recursos, a avaliação de projetos, o compartilhamento de questões do processo pedagógico e administrativo e, ainda, o fortalecimento da coletividade. Este conceito é discutido por Lück (2009, p. 71):

Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões, ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva.

Dessa maneira, a gestão democrática de instituições de ensino é uma questão de cidadania. Frente às contradições da sociedade atual que aproximou as pessoas ao passo que promoveu a competitividade, o individualismo e a falta de solidariedade, Arlacão (2001, p. 22) defende a cidadania como uma cultura a ser desenvolvida e assumida na educação. Em uma direção semelhante, Paro (2001) fala da relação indissociável entre cidadania e democracia, pensando na cidadania como parte fundante de uma sociedade democrática:

Nesse sentido, a cidadania, como síntese de direitos e deveres, constitui-se fundamento da sociedade democrática. A democracia é importantíssima no âmbito político; mas para efetivar-se, de fato, como mediação de uma vida social norteada por princípios histórico-humanos de liberdade, ela precisa impregnar toda uma concepção de mundo, permeando todas as instâncias da vida social e coletiva. Assim, embora vital, não basta haver regras que regulem pelo alto, fazendo ordenamento jurídico-político da sociedade. É preciso que cada indivíduo pratique a democracia: só há necessidade de democrata com cidadãos democratas (PARO, 2001, p. 10).

Entretanto, tem-se enfrentado, na educação, a legitimação de algumas práticas e conhecimentos em detrimento de outros deslegitimados, até mesmo de práticas democráticas, o que diz respeito aos interesses dominantes que ainda hoje determinam o que se espera para/com a educação. Nesse sentido, há que se pensar nas disputas de poderes que envolvem as instituições de ensino, no qual o currículo constitui um espaço construtor de identidades, pois em sentido amplo este documento envolve não somente os conhecimentos que se têm como indispensáveis, mas tudo o que se aprende e ensina pelas instituições (SILVA, 2011).

Em meio ao que foi exposto, cabe conhecer o que se tem alcançado, ante à gestão educacional democrática e como isso tem ocorrido nas instituições de ensino. Pensando assim, atrai a atenção a participação de estudantes no movimento estudantil, particularmente por meio de ocupações, em decisões sobre os rumos da educação, neste caso, o ensino superior. Enquanto atores políticos relevantes na história do Brasil, segundo Gohn (2016), os estudantes de movimentos estudantis podem indicar suas contribuições à democratização da gestão universitária, visto suas lutas partirem de perspectivas democráticas.

O movimento estudantil pelas ocupações como parte das novas formas de manifestações, para Gohn (2016), traz outras formas de dinâmicas organizativas e mobilizatórias em relação ao que se viu enquanto luta até a primeira década deste século, ou seja, é entendido como um movimento mais horizontal, menos hierárquico e menos partidarizado. Consequentemente, na qualidade de movimento social, o movimento estudantil através das ocupações na universidade, por seu caráter educativo, tanto para os protagonistas quanto para a sociedade em geral, de acordo com Gohn (2011), revela a importância de se levar em conta as experiências e conhecimentos construídos em instâncias educativas não legitimadas, visto que abrange os anseios e aproximações dos estudantes em relação à gestão educacional mais dialógica e inclusiva.

Portanto, este contexto provoca algumas questões a serem exploradas, como: Quais mecanismos institucionais

garantem a participação dos estudantes nas decisões da universidade? Quais mensagens foram emitidas pelos estudantes nas ocupações estudantis e como foram incorporadas pela gestão universitária? De que forma os processos educativos, organizativos e mobilizatórios das ocupações estudantis contribuíram para pensar a gestão universitária democrática? Refletir sobre tais questões implica a recusa do abismo criado entre o modelo de ensino superior predominante e os anseios dos estudantes, em uma perspectiva igualitária.

Caminho investigativo trilhado: a metodologia

Este trabalho adota a abordagem metodológica qualitativa por considerar dados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, isto é, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”, segundo Minayo (2001, p. 21-22). Por isso, ao se referir às questões subjetivas, a abordagem qualitativa centra-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais:

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

Configura-se como uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, também denominada estado da arte. A escolha por este tipo de pesquisa se deu pela intenção de explorar o que vem sendo produzido em termos de estudos e pesquisas em educação sobre as categorias de análise, apontando “[...] como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39). Assim, esse tipo de pesquisa não se limita a identificar as produções, mas se propõe a analisá-las, categorizá-las e revelar suas perspectivas e enfoques num determinado período e contexto.

A busca incidu sobre as produções científicas no período de 2014 a 2018, em algumas fontes, como: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd Nacional) nos GT's (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, (05) – Estado e Política Educacional, (06) – Educação Popular e (11) – Política da Educação Superior; Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) referente as produções da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Primeiramente, foi realizada nas fontes citadas a busca por títulos e palavras-chave de artigos científicos, teses e dissertações, com base nos seguintes descritores: Ocupações Estudantis. Gestão Universitária. Gestão Democrática. Entre os demais critérios utilizados na busca estavam as produções da área da educação publicadas entre 2014 a 2018. Nesse levantamento de dados foram encontradas 41 produções que, para melhor visualização, estão apresentadas nas tabelas 1, 2 e 3, de acordo com as fontes de busca, as categorias (Ocupações Estudantis, Gestão Universitária e Gestão Democrática) e o número de produções por ano de publicação. Por uma questão organizacional, as tabelas consideram separadamente cada fonte.

Tabela 1 – Produções na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd Nacional)

Fonte	Categorias	Período de busca					Total
		2014	2015	2016	2017	2018	
ANPEd Nacional	Ocupações Estudantis	-	0	-	4	-	4
	Gestão Universitária	-	1	-	0	-	1
	Gestão Democrática	-	3	-	3	-	6
Total geral							11

Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

Na tabela 1, relativa às produções da ANPEd Nacional, é possível perceber o destaque da categoria Ocupações Estudantis no ano de 2017, totalizando 4 produções no GT (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos. Já a categoria Gestão Universitária foi contemplada no ano de 2015 com apenas 1 produção sobre a temática no GT (11) – Política da Educação Superior. Por fim, a categoria Gestão Democrática possui o maior número de produções, 6 no total, sendo 1 no GT (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e as demais no GT (05) – Estado e Política Educacional, nos anos de 2015 e 2017. Importa esclarecer que não foram encontradas produções nos anos de 2014, 2016 e 2018 devido a ANPEd Nacional ocorrer a cada dois anos.

Tabela 2 – Produções no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Fonte	Categorias	Período de busca					Total
		2014	2015	2016	2017	2018	
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Ocupações Estudantis	0	0	0	1	0	1
	Gestão Universitária	0	2	0	0	0	2
	Gestão Democrática	1	0	1	0	0	2
Total geral							5

Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes referente as produções da UFSM, como mostra a tabela 2, as

categorias Gestão Universitária e Gestão Democrática totalizaram 2 produções cada, a primeira categoria no ano de 2015 e a segunda nos anos de 2014 e 2016. Por outro lado, a categoria Ocupações Estudantis foi abrangida no ano de 2017 com 1 produção sobre a temática.

Tabela 3 – Produções na Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Fonte	Categorias	Período de busca					Total
		2014	2015	2016	2017	2018	
SciELO	Ocupações Estudantis	0	0	2	1	0	3
	Gestão Universitária	1	1	0	3	2	7
	Gestão Democrática	2	1	3	1	8	15
Total geral						25	

Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

Conforme a tabela 3, nas buscas realizadas na SciELO, a categoria Gestão Democrática apresentou o maior número de produções, 15 no total, distribuídas entre os anos de 2014 a 2018. Com 7 produções no total, a categoria Gestão Universitária foi evidenciada nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018. Enquanto isso, a categoria Ocupações Estudantis totalizou 3 produções nos anos de 2016 e 2017.

Os gráficos, a seguir, sintetizam as informações das tabelas 1, 2 e 3:

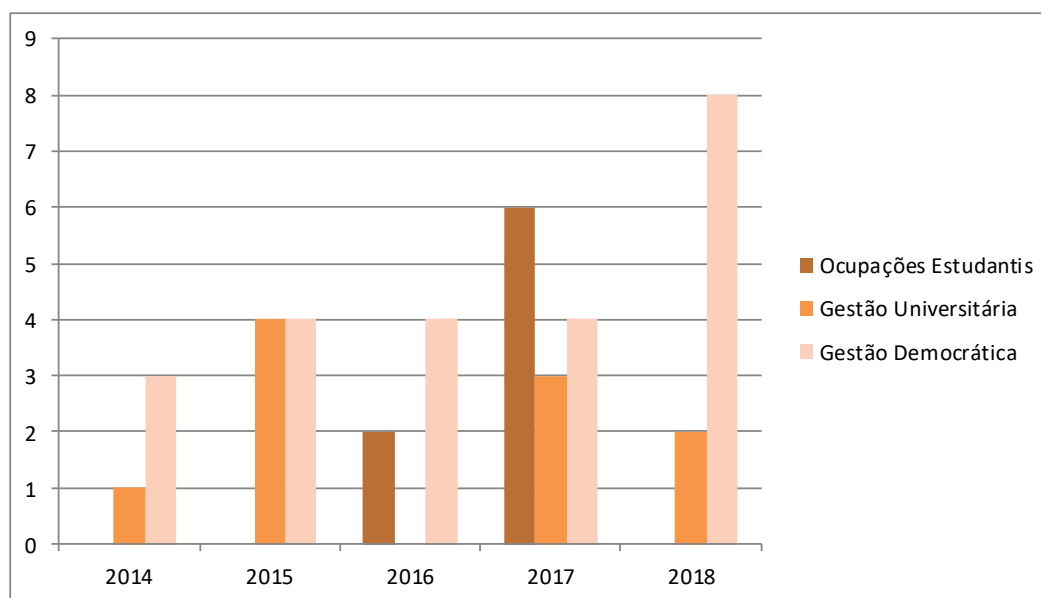


Gráfico 1 – Produções no período de 2014 a 2018

Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

Como pode ser observado no gráfico 1, a categoria Ocupações Estudantis ganhou espaço nas discussões das fontes de busca nos anos de 2016 e 2017. A categoria Gestão Universitária, por sua vez, não foi evidenciada apenas no ano de 2016, e a categoria Gestão Democrática foi abordada entre os anos de 2014 a 2018.

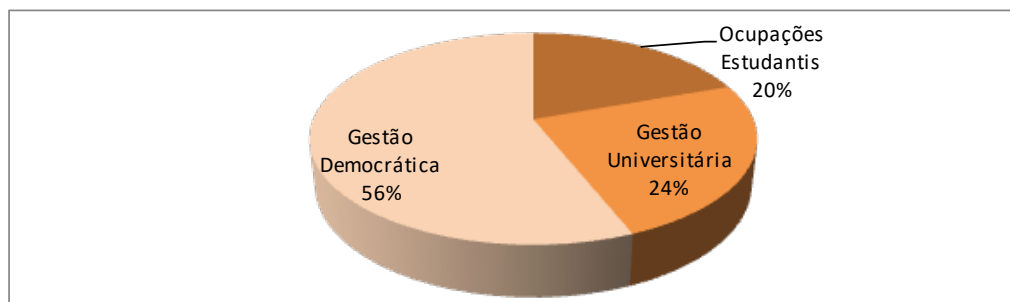


Gráfico 2 – Produções no período de 2014 a 2018 contabilizadas em porcentagem
Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

Com fins de oferecer uma visão panorâmica das produções científicas publicadas nas fontes de busca no período de 2014 a 2018, o gráfico 2 exibe o número de tais produções em porcentagens. Este gráfico indica a maior incidência de produções sobre a categoria Gestão Democrática (56%) e, em seguida, Gestão Universitária (24%) e Ocupações Estudantis (20%). Com isso, pode ser feita uma aproximação dos interesses dos estudos e pesquisas em educação, representando um ponto de partida para futuras reflexões sobre as temáticas levantadas pelas categorias.

Tencionando as produções mais relevantes ao objetivo deste trabalho de estado do conhecimento, foi realizado um novo filtro de busca por meio da leitura dos resumos de todas as produções encontradas. Para isso, nos resumos, consideraram-se alguns aspectos, como: a coerência com a temática de estudo deste trabalho; a abordagem teórica-metodológica; os resultados levantados. Logo, foram selecionadas e analisadas 6 produções de modo aprofundado, 2 por cada categoria, com base nos dados da tabela a seguir:

Tabela 4 – Títulos e autores das produções selecionadas para a análise

Título	Autor(es)
Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais	Luís Antonio Groppo
Educação e gestão democrática: dilemas e chances	Luzenir Poli Coutinho da Silveira; Rosilene Lagares
Experiências da gestão acadêmica da docência universitária	Carolina da Costa Santos; Fátima Pereira; Amélia Lopes
Lutas em (dis)curso: leitura, escrita e experiência na ocupação estudantil universitária	Luiza Alves de Oliveira; Adriana Alves Ferreira Costa; Juaciara Barrozo Gomes
Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?	Lucínio C. Lima
Ser docente na gestão e ser gestor na docência: um olhar sobre a iniciação à carreira no contexto universitário	Michele de Oliveira Rodrigues

Fonte: Elaboração das autoras, 2018.

Análise e discussão das produções científicas elencadas

Nos anais da 38ª Reunião Nacional da ANPEd, especificamente no GT's (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e

Processos Educativos –, foi analisada a produção intitulada *Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais*. Sob autoria de Groppo (2017), fala dos resultados parciais de uma pesquisa sobre a dimensão educativa das organizações estudantis, enfatizando a formação política através das ocupações de uma universidade por seus estudantes no sul de Minas Gerais, entre outubro e dezembro de 2016.

A metodologia incluiu a leitura de obras sobre os temas centrais da pesquisa, quais sejam: formação política; organizações juvenis; e movimento social. Também tratou de uma pesquisa de campo de acordo com as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica sobre as ocupações estudantis; coleta de publicações e imagens nas redes sociais e sites da internet dos coletivos juvenis envolvidos na pesquisa; coleta de materiais disponibilizados nas assembleias, manifestações e reuniões pelo movimento grevista; observação das atividades públicas promovidas pelos coletivos juvenis, ao longo de 2016; observação de atividades públicas promovidas pelo movimento de greve; por fim, entrevistas com 8 estudantes (6 mulheres e 2 homens) ocupantes na universidade.

Inicialmente, Groppo (2017) traz as motivações do movimento dos estudantes pelas ocupações universitárias, ou seja, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (PEC 241)¹ como parte de uma ação coletiva a nível nacional. Na sequência, ele apresenta uma reflexão teórica sobre a dimensão formativa das organizações juvenis, em que destaca-se a formação política, revelando a importância da chamada educação não formal, esta definida por processos educativos planejados e flexíveis no interior das organizações juvenis. Com isso, defende o conceito de política para além do poder político como o monopólio da violência legítima ou mesmo as instituições que controlam o poder (Estado) ou as disputam (partidos). O conceito de política abrange as possibilidades dos sujeitos coletivos lutarem e se organizarem pela ampliação de voz e escuta no público e de temas e questões ao debate.

Adiante, Groppo (2017) discorre sobre a primeira onda de ocupações, pelos estudantes secundaristas de São Paulo, eminentemente, e a segunda onda, com maior força no Paraná. Alcançando, esta última, as universidades. Para o autor, a vitória das ocupações universitárias foi a formação política, deixando lições para a universidade: a autogestão do espaço e das atividades formativas; a quebra da divisão sexual do trabalho; a ação coletiva e intervenção na realidade; a concepção de que política envolve conflito; o reconhecimento de si enquanto sujeito político no individual e no coletivo; o engajamento dos coletivos para além do apoio; a resignificação do espaço do exercício da política; a vivência de práticas democráticas; a ausência de lideranças definidas; o elo afetivo e a preocupação mútua para/com o outro.

1 Proposta de Emenda à Constituição promulgada em dezembro de 2016 como Emenda Constitucional nº 95 que cria um teto para os gastos públicos do Governo Federal que não poderão crescer acima da inflação do ano anterior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Em *Educação e gestão democrática: dilemas e chances*, por Silveira e Lagares (2017), publicada no GT (05) – Estado e Política Educacional –, também nos anais da 38ª Reunião Anual da ANPEd, o objetivo é abordar o que tem favorecido ou dificultado a democracia, tendo o pressuposto da gestão democrática como objeto no campo da educação que enfrenta oposições tensionantes entre o experienciado historicamente, concepções coexistentes e a disputa na construção de outra realidade. Para isso, as autoras utilizaram a fundamentação teórica para uma abordagem de conjunturas.

Na primeira seção, as autoras trazem questões que instigam a pesquisa sobre gestão democrática, entendendo esse tema como princípio constitucional da educação pública oriundo de lutas históricas anteriores a Carta Magna de 1988 até o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Na segunda, colocam em evidência o fato de que se vive em meio a traços do paradigma racional tecnológico que diz respeito a uma realidade guiada pela *fluidez* mercadológica e pela competitividade, colocando os sujeitos em situação de conformação ou de enfrentamento e resistência. Neste contexto, portanto, a gestão democrática não é o caminho mais fácil, mas é um processo formativo e de transformação/emancipação sócio-política.

Na terceira seção, as autoras falam do hiato entre as leis e sua efetividade e, assim, discutem sobre os dilemas e chances da gestão democrática. Frente o individualismo é preciso mobilizações e lutas conjuntas em prol da coletividade. Em relação ao poder do mercado, que traz tendências segmentadoras e de marginalização, fazer valer os princípios democráticos e intervir em condições adversas constitui um dilema. Há a necessidade de discernimento entre as demandas sociais e as demandas ditas emergenciais, cabendo o questionamento e autoquestionamento a fim de saber o que move os sujeitos. Silveira e Lagares (2017), pensando no contexto, também dizem que gostar e ter condições efetivas de participação, fundamentais a implementação da gestão democrática, não serão dados, devendo ser construídos no processo de enfrentamento.

Na SciELO, a produção chamada *Experiências da gestão acadêmica da docência universitária*, publicada por Santos, Pereira e Lopes (2018), busca discorrer acerca dos lugares e dos espaços da gestão acadêmica a partir das experiências dos próprios professores. Para tanto, através de uma abordagem qualitativa, pela entrevista de tipo biográfica, utilizaram as narrativas de 23 professores universitários, 13 de uma instituição brasileira e 10 de uma instituição portuguesa, com base na análise de conteúdo.

O texto parte do referencial sobre as transformações do ensino superior e da gestão acadêmica sofridas pela lógica neoliberal que submete a educação como mais um negócio, deslocando a centralidade das suas dimensões sociais e culturais. Na gestão universitária, tais transformações são identificadas pela hierarquização e formas menos

colegiadas de gestão. Logo, são identificadas consequências para a docência, como: a massificação e fragmentação do ensino; a intensificação do trabalho docente; a docência pautada por mecanismos administrativos e burocráticos; a diversificação e a especialização das tarefas dos professores, os condicionando a uma posição de *trabalhadores do conhecimento*, conforme Musselin (2007, in Santos, Pereira e Lopes 2018).

Conforme Santos, Pereira e Lopes (2018), são aspectos positivos da gestão acadêmica a compreensão do funcionamento da universidade e as atividades que envolvem alunos ou com efetiva participação dos professores. O excesso de trabalho de cunho burocrático na gestão é o que o coloca como o trabalho de menor preferência, refletindo-se no ensino. Ainda, quem ocupa a gestão percebe a participação de todos como alívio da sua sobrecarga e participação efetiva, por outro lado, os professores fora desses cargos apresentam certa descrença acerca da participação. As narrativas também indicam a gestão como trabalho obrigatório da docência em cooperação com os colegas, mas desprestigiada por se caracterizar como uma atividade invisível a avaliação do trabalho do professor para a progressão da carreira, pela universidade e pelo sistema de ensino superior.

Nos anais da 38ª Reunião Anual da ANPED, particularmente no GT's (03) – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos –, também foi analisada a produção de Oliveira, Costa e Gomes (2017), denominada *Lutas em (dis)curso: leitura, escrita e experiência na ocupação estudantil universitária*. A partir da experiência de 3 professoras-pesquisadoras, na ocupação do Instituto de Educação de uma universidade na zona rural do estado do Rio de Janeiro, durante o último trimestre de 2016, o estudo intenciona investigar os sentidos constituídos nos discursos produzidos ao longo do movimento.

Para tanto, as autoras recorreram as produções discursivas faladas e escritas em forma de cartazes, painéis, avisos, pequenos textos em móveis, entre outras formas, capturadas por 13 fotografias e pelos olhares em curso, no período do movimento estudantil. Assim, utilizaram a análise pelo viés da emancipação, constituição de subjetividades, experiência e saber da experiência larrosiana.

Na primeira seção, as autoras falam do convite feito a elas pelos estudantes ocupantes como sua aproximação com o movimento, oportunidade em que observaram a ação coletiva em discursos e em cursos, e a transformação do Instituto de Educação em um *locus* de emancipação. Em seguida, destacam as provocações disparadas pelo convite, como a desprofessorização e desalunização que, em meio a palavras plenas de igualdade e pertencimento, propõem uma nova ordem e maneira de estar naquele espaço: “[...] o que são essas palavras se não uma indisciplina contra o rumo ordinário das coisas”, dizem Oliveira, Costa e Gomes (2017, p. 7).

Na terceira seção, enfatizam as fotografias das produções discursivas como captura da expressão dos olhares dos estudantes em um diálogo larrosiano. Nos discursos, os estudantes denunciaram o processo de ocupação, mostraram como estar em um lugar, ocuparam espaços dando sentido aos acontecimentos, resgataram o espaço universitário como patrimônio público onde a responsabilidade pela sua preservação é de todos. Além disso, reivindicaram a visibilidade do Instituto de Educação na formação dos licenciandos, explicitaram lutas pelo protagonismo feminino e de resistência contra o machismo, a misoginia, a homofobia, o racismo, entre outras formas de desumanização. Oliveira, Costa e Gomes (2017, p. 16) finalizam afirmando que “[...] os discursos se configuraram como lutas em curso, em uma universidade que resiste e (re)existe”.

Na produção de Lima (2018), chamada *Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?*, publicada na SciELO, a intenção é apresentar alguns dos obstáculos políticos, organizacionais, históricos e culturais que têm dificultado a efetivação da gestão democrática das escolas, analisando também o conceito de gestão democrática e suas exigências substantivas. Inicialmente, Lima (2018) traz a distância entre o que está legalmente assegurado e o que é concretizado em termos de gestão democrática. Afirma a incompatibilidade de práticas de gestão democrática na educação pública em meio à imperatividade reformista do setor público pela Nova Gestão Pública (NGP) que, ao introduzir princípios da gestão privada, tem consolidado a empresarialização e privatização da escola.

Lima (2018) destaca algumas dificuldades para a democratização da escola, como: a tradicional resistência da sua gestão à democracia, especialmente pelas marcas oriundas de regimes ditatoriais; a importância da democratização dos regimes políticos e de legislação com base na participação e gestão democrática como condição necessária, mas insuficiente para a efetivação da democratização das escolas; a exigência de tempo e rupturas com práticas autoritárias e heterônomas para a consolidação da gestão democrática da escola, requerendo políticas públicas para isso, em um contexto adverso marcado pela inspiração neoliberal e gestão de teor gerencialista e tecnocrática; também há a dificuldade que:

Acriticamente não aceita, por conveniência político-ideológica ou de outro tipo, que tendo resultado de uma conquista democrática realizada por via revolucionária ou na sequência de um processo de transição política para a democracia, a gestão democrática das escolas, entre a letra da lei, o *slogan*, ou o lugar-comum repetido, possa realmente encontrar-se substantivamente por cumprir e em processo de erosão do ponto de vista das políticas e das práticas (LIMA, 2018, p. 19).

A gestão democrática da escola é um processo contínuo de vivência da democracia, assim, “[...] a questão crucial a ser pesquisada e respondida, a cada momento e em cada contexto escolar concreto, é a de saber quão democrática é, e está sendo, a legalmente instituída e discursivamente onipresente gestão democrática da escola” (LIMA, 2018, p. 24). A gestão democrática, posta dessa forma, não é uma questão organizacional e de gestão, mas uma questão central do processo de democratização da educação. Com isso, Lima (2018) entende que a afirmação da escola como democrática enseja a assunção da dimensão educativa da democracia, baseada no exercício continuado da participação ativa, do diálogo e do debate.

Na plataforma de teses e dissertações da Capes, por sua vez, foi analisada a produção *Ser docente na gestão e ser gestor na docência: um olhar sobre a iniciação à carreira no contexto universitário* de autoria de Rodrigues (2015). O objetivo geral é analisar os modelos de gestão desenvolvidos pelos docentes gestores iniciantes nos cursos de licenciatura da UFSM. Esta dissertação, de cunho qualitativo e de abordagem narrativa, contou com 4 docentes dos cursos de licenciatura da UFSM atuantes como coordenadores ou coordenadores-substitutos nos primeiros 5 anos da carreira docente.

Mostra que os docentes gestores atuantes nas coordenações de curso não possuem formação para tanto e o enfrentamento das questões desse trabalho envolvem as condições particulares de cada um. Neste sentido, alguns criam uma ambiência gestora, isto é, uma capacidade de resiliência frente aos desafios, deixando o exercício menos engessado e menos duro a partir de dinâmicas próprias de gestão. Em contrapartida, outros não conseguem criar condições para transpor os desafios e acabam por reproduzir o modelo instituído na universidade, ou seja, burocrático e político, principalmente pelo excesso de atividades.

Em vista disso, embora os docentes gestores falem da existência de uma ambiência institucional positiva em termos do bom acolhimento e da boa infraestrutura, as dificuldades são vistas nas especificidades da docência e da gestão, o que não os impede de buscar a auto e interformação como estratégia, nas quais os movimentos construtivos de ser docente e de ser gestor se entrelaçam na prática cotidiana. Por tudo isso, “[...] as dinâmicas que os docentes desenvolvem não são meros refletores do modelo de gestão instituído na UFSM, mas constituem e são constituídos na relação entre o contexto institucional, social e na ação das pessoas que atuam neste contexto” (RODRIGUES, 2015, p. 89).

Consideração sobre o estado do conhecimento: não há um final

A realização deste estado do conhecimento trouxe alguns esclarecimentos pelo mapeamento das produções científicas acerca do movimento estudantil através das

ocupações e sua relação com a gestão universitária democrática. Contudo, se mantém a importância de aprofundamento de estudos e pesquisas em torno dessa temática, principalmente por uma das categorias – ocupações estudantis – se tratar de uma experiência recente, no Brasil.

Pelo que foi encontrado e analisado, é possível afirmar que as relações das ocupações estudantis universitárias ainda são timidamente discutidas em profundidade quando vinculadas à gestão educacional, neste caso, da universidade, embora já haja esforços em discutir as ocupações estudantis em si, desde 2016. Em relação à gestão democrática, no entanto, uma vasta literatura é vista, mas limitada, até então, ao contexto da educação básica. Entre os achados a respeito da gestão universitária, seus estudos e pesquisas têm revelado o foco nas avaliações institucionais e de larga escala, bem como as relações com tal gestão.

Sem a intenção de encerrar as discussões, mas de ampliá-las e provocar outras, vislumbra-se a instituição de novas formas de gestão mais horizontais e democráticas, pelo movimento das ocupações estudantis universitárias, seja em seus discursos ou em suas práticas como um todo. Contraditoriamente ao modelo de gestão universitária predominante, pautado pela lógica neoliberal e por um teor gerencialista e tecnocrático, os estudantes ocupantes reivindicaram e deram exemplos de outra universidade possível e necessária, baseados no exercício da participação ativa, do diálogo e do debate, perpassando pela dimensão educativa da democracia.

As ocupações estudantis aproximaram-se da gestão democrática na medida em que romperam com o modelo instituído de gestão universitária, burocrático e político e, assim, com uma lógica individualista, produtivista, eficiente e eficaz. Nesse sentido, a formação no interior do contexto de enfrentamento e resistência das ocupações confirmou que não se aprende e nem se recebe democracia, seja em espaços formais ou informais de ensino, mas constrói-se em um exercício contínuo na vivência.

Referências

ALARCÃO, Isabel. A Escola Reflexiva. In: ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 15-30.

BRASIL. Constituição de 1988 – **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Lei 9.394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-12.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017. p. 01-16.

LIMA, Licínio. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar./abr. 2018.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, Luiza Alves de; COSTA, Adriana Alves Ferreira; GOMES, Juaciara Barrozo Lutas em (dis)curso: leitura, escrita e experiência na ocupação estudantil universitária. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017. p. 01-18.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

POLI, Luzenir; LAGARES, Rosilene. Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 3, p. 835-849, set./dez. 2017.

RODRIGUES, Michele de Oliveira. **Ser docente na gestão e ser gestor na docência:** um olhar sobre a iniciação à carreira no contexto universitário. 2015. 106f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Carolina da Costa; PEREIRA, Fátima; LOPES, Amélia. Experiências da gestão acadêmica da docência universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 989-1008, jul./set. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVEIRA, Luzenir Poli Coutinho da; LAGARES, Rosilene. Educação e gestão democrática: dilemas e chances. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 38., 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017. p. 01-12.

Recebido em: 30/10/2018
Aprovado em: 27/05/2019
Publicado em: 12/06/2019